

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA 70ª DA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 08/12/2015

PAUTA:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.00	Credenciamentos	Secretarias Executivas CEDRAF e Câmara Agroecologia
2	8.30	Abertura e Boas Vindas - 10 Anos do CPRA	Presidente do CPRA João Carlos Zandoná
3	8.45	Aprovação da pauta e da Ata da 69ª Reunião do CEDRAF	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura - Norberto Ortigara
4	9.00	Aprovação do Calendário do CEDRAF para o ano de 2016	Miriam Fuckner
5	9.10	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
6	9.20	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Agricultura Familiar - DRS	Jose Idilio Machado dos Santos e Marcos Luiz Maciel de Souza
7	9.50	Aprovação da Ata da 3ª Reunião da Câmara	Secretário da Câmara - Ivo Melão
8	10.00	Programa Paraná Agroecológico e Decreto Lei Cenários e Perspectivas	Câmara - Márcio Miranda
9	10.30	Programa Paraná Agroecológico - Eixo 1 - Assistência Técnica e Extensão	EMATER - Paulo Henrique Lizarelli
10	11.00	Programa Paraná Agroecológico Eixo 2 - Pesquisa e Ensino em Agroecológica REPAGRO - Rede de Pesquisa	UEM - José Ozinaldo A. Sena
11	11.30	Programa Paraná Agroecológico Eixo 3 - Organização dos Produtores Política, Comercialização e Mercado	Câmara e Rede Ecovida Marcelo Passos, Marco Bilo e Elson Santos (Zumbi)
12	12.00	Minuta da Política Estadual de Agroecologia	Câmara de Agroecologia
13	12.15	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
14	12.30	Encerramento	

1 Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, realizou-se a septuagésima reunião
2 do Cedraf, nas dependências do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA
3 no município de Pinhais – Paraná. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes vinte
4 conselheiros no exercício da titularidade atingindo o quorum para deliberação, mais dois
5 conselheiros, suplentes e vinte e um convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Antonio
6 dos Santos Vaz Filho – APPA; Elsidio Emilio Cavalcante – Fórum ATER; Paulo Sanitá – Rede
7 de Colegiados Territoriais; Nilton Agner Junior – Rede Ecovida; Ivo Barreto Melão – Rede
8 Agroecologia; Maria de Aparecida Geffer – Representação de Mulheres; Marco Antonio Geffer
9 – ARCAFAR; Marcos Junior Brambilla – FETAEP; Alexandre Leal dos Santos – Representante
10 da Juventude; Andreia Claudino – SEBRAE; Bernardo Vergopolen – FETRAF. **Conselheiros**
11 **do poder público:** Norberto Anacleto Ortigara – SEAB; Adelar Motter – IAPAR; Benedito Luiz
12 Almeida - Emater; Margit Hauer – SEMA/IAP; Eloir Carlos Grande – SETI; Rosane Gonçalves
13 – SEDS; Luiz Cláudio Maranhão Froufe – Embrapa; Reni Antônio Denardi – MDA; Thamisis
14 Camila Piaskowski - Conab; mais os suplentes Paulo Hidalgo – Emater; Jose da Encarnação
15 Leitão - MDA; Werner Fuchs – Rede Ecovida e **como convidados:** Carla Beck que esteve
16 representando oficialmente a FAEP e Claudio Luiz Marques, o INCRA. Ainda participaram
17 como convidados: Luiz Antonio Caldani – Emater; Isacir Mognon – REPAS; Irani de Souza
18 Portilho – INTERCOOP; Diego – UENP; Ednaldo Michellon – UEM; Carlos A. Cardoso –
19 Conab, Kleber Geraldo Vieira – Emater; Marcos Maciel – Emater; Clarival Luiz Breda –
20 CORDRAP; Haroldo Ferreira de Carvalho – Emater; Zenaide – UEPG; Marcio Luis Cavalheiro
21 – APV/PR; João Schmaiske – APV/PR; Rodrigo Becker - APV/PR; Roseli Pittner – Rede de
22 Colegiados; Marcio Miranda – CPRA; Osvaldo Rachele – Território Paraná Centro; Richard

9

23 Golba – Emater; João Carlos Zandoná – CPRA; Paulo Rafael de Mattos – ALEP; **Faltas**
24 **justificadas:** AMP, FAEP, Rede Puxirão, ALEP, INCRA. **Faltas sem justificativas:** SEED,
25 SEPL, SFA/PR; SICREDI; FEPAR; CCA; CEAGRO, CRESOL, DESER, Fed. Pescadores,
26 FEPAR, Quilombolas, SICREDI, UNICAFES e OCEPAR. Compôs a mesa o Secretário e
27 Presidente do Cedraf Norberto Ortigara e a Secretária Executiva do Conselho Miriam Fuckner.
28 O Presidente do CPRA João Carlos Zandoná fez uma saudação a todos os presentes na
29 reunião, destacando que a data é muito importante para a agroecologia no Paraná, tendo em
30 vista que o Centro de Referência em Agroecologia - CPRA comemora dez anos, referindo-se
31 ao fato de que o Paraná é o único estado brasileiro que possui uma instituição estatal voltada
32 exclusivamente a agroecologia. Aproveita ainda a oportunidade para agradecer o apoio e luta
33 do Secretário em prol da agricultura paranaense, da agroecologia e continuidade do CPRA.
34 **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O Secretário Ortigara fez a abertura da reunião, que
35 será realizada em conjunto com a Câmara de Agroecologia, cujos membros também se fazem
36 presentes, e em seguida apresentou a pauta a qual foi aprovada pelo plenário do Conselho e
37 membros da Câmara de Agroecologia. **Item 3. Aprovação da ata da 69ª Reunião do**
38 **CEDRAF** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi aprovada sem alterações.
39 **Item 4. Apresentação da proposta de calendário para as reuniões do CEDRAF** no ano de
40 dois mil e dezesseis, o qual foi aprovado com as seguintes datas: vinte e três de fevereiro,
41 vinte e seis de abril, vinte e oito de junho, vinte e três de agosto, dezoito de outubro e seis de
42 dezembro. **Item 5. Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater** Miriam
43 informou que três entidades solicitaram credenciamento, sendo elas a Associação dos
44 Artesões Agricultores e Colaboradores da Agricultura Familiar, a PROTEGE e a COATER,
45 mas que todas tiveram problemas com documentação, sendo orientadas para fazerem as
46 alterações necessárias. Miriam aproveitou para esclarecer que foi enviado ao CONDRAF um
47 ofício do CEDRAF, assinado pelo Secretário, solicitando o reconhecimento das conferências
48 territoriais de ATER realizadas. O CONDRAF solicitou algumas informações complementares
49 as quais já foram enviadas, mas para reforçar o pedido do Paraná, será enviado um novo
50 ofício, com a assinatura dos representantes das entidades que compõem o CEDRAF, o qual
51 será repassado para assinatura dos conselheiros que estão presentes e se sentem à vontade
52 para assinar. **Item 6. Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Agricultura**
53 **Familiar – DRS.** Após apresentação da primeira versão do PDR-PR na última reunião e envio
54 do mesmo para todos os conselheiros poderem contribuir com sugestões, o mesmo foi
55 reapresentado para aprovação final. Marcos Maciel distribuiu cópias impressas e Kleber
56 Geraldo Vieira fez a apresentação, lembrando alguns dados da realidade estadual que já
57 haviam sido apresentados anteriormente, destacando avanços ocorridos no setor da
58 agricultura do Paraná, mas também os desafios ainda a serem superados. Entre os desafios o
59 Plano aponta a existência de muita pobreza, o esvaziamento populacional de muitos
60 municípios, ao lado do inchaço de outros, principalmente nas regiões metropolitanas. Outros
61 desafios se referem ao manejo e conservação de solos; à redução do uso de agrotóxicos;
62 produção de alimentos agroecológicos; substituição das lavouras de fumo; e a inclusão de
63 pessoas, destacando-se mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais;
64 prestação do serviço de ATER de forma mais abrangente e com qualidade. Vencer estes
65 desafios pressupõe diálogo, trabalho conjunto, integração entre as instituições públicas e
66 organizações dos agricultores familiares, e nisso reside a importância do PDR-PR. O Plano
67 propõe a territorialização porque esta traz consigo a participação da sociedade, junto com o
68 Estado para propor ações de desenvolvimento. Não se trata somente de uma delimitação
69 geográfica, mas o sentido de participar do processo de fato, através dos colegiados territoriais
70 e conselhos municipais. Marcos Maciel dá continuidade à apresentação destacando que a
71 sustentabilidade incorpora o equilíbrio entre as questões sociais, ambientais e econômicas.
72 Considerando todos os aspectos apresentados, o Plano elencou seis eixos de
73 desenvolvimento, assim como algumas premissas ligadas a cada um deles. A proposta é que
74 todos os projetos que sejam elaborados a partir do Plano levem em consideração estes eixos
75 e premissas. Os eixos apresentados são Geração de Trabalho e Renda; Promoção e Inclusão
76 Social; Acesso à Terra e Regularização Fundiária; Infraestrutura Básica, Social e Produtiva;
77 Solos, Água e Sustentabilidade Ambiental; Fortalecimento das Instituições, cada qual com
78 suas premissas e indicadores de resultados definidos. A gestão política do plano fica sob a
79 responsabilidade da SEAB, o CEDRAF fará a gestão social e a Emater a gestão técnica. O



80 Plano na sua íntegra e a apresentação em Power Point foi disponibilizada a todos os
81 conselheiros. Ao questionamento sobre o próximo passo, Maciel responde que em o CEDRAF
82 aprovando o Plano ele será colocado para apreciação do governo do Estado para ser
83 implantado imediatamente. Nilton Agnes aponta que no eixo fortalecimento das instituições
84 faltou acrescentar as associações e cooperativas, com políticas direcionadas para a
85 agricultura familiar. Reni Denardi observa que se trata de um plano setorial de
86 desenvolvimento rural para um segmento, o da agricultura familiar, e que gostaria de ver um
87 plano que propusesse efetivamente a abordagem territorial, uma vez que no Paraná este tema
88 avançou pouco, embora uma minoria dos estados incorporasse esta política federal. Destaca
89 outros temas importantes para serem abordados no plano, entre eles a regularização
90 fundiária, principalmente em áreas que são de domínio privado e não possuem o registro de
91 imóveis, excluindo os agricultores familiares do acesso às políticas públicas. Destaca que não
92 percebeu nenhuma referência ao cooperativismo assim como a necessidade de evidenciar o
93 tema da juventude e sucessão familiar rural. Claudio do INCRA sugere enfatizar mais a
94 agroecologia, incluindo o fomento à pesquisa e o ensino. Adelar Motter também se refere à
95 necessidade de enfatizar a abordagem territorial. Em relação aos municípios evanescentes de
96 população e à sucessão familiar, salienta a necessidade de estudos mais aprofundados que
97 poderiam ser feitos pela academia e o IPARDES. Com relação às alternativas para
98 substituição da produção de fumo destaca que o lapar tem várias propostas
99 comprovadamente melhores, mas por que o agricultor não adota? Por que os municípios
100 perdem população? Por que o jovem vai embora? É preciso buscar mais o porquê das coisas,
101 e entender melhor estes fenômenos. Em relação à agricultura de pequena escala acredita que
102 o plano devesse propor uma conexão do público consumidor com o espaço rural e sua
103 produção, que não é somente alimentos, mas água, ambiente, paisagem, uma série de coisas
104 que o meio urbano desfruta e nem percebe. O rural precisa entrar na agenda política da
105 educação, da saúde, em todos os setores. Norberto ressalta que o plano reflete as demandas
106 apontadas nas conferências de desenvolvimento rural, e que um grupo sistematizou estes
107 resultados de forma a traduzir um anseio da base e agora é enriquecido com as sugestões
108 dos conselheiros. Pastor Werner comenta sobre o avanço da celulose e da cana nas
109 melhores áreas agricultáveis e que isto se resolve com zoneamento, lembra ainda que o
110 CEDRAF já aprovou uma recomendação anexa à ata da reunião sessenta e um referente às
111 áreas contínuas livres de agrotóxicos, e que isto precisa estar previsto no plano. Margit
112 parabeniza pelo plano, que as sugestões só vêm enriquecê-lo. Ressalta que na questão da
113 sustentabilidade ambiental faltou referência às agroflorestas, principalmente mercado para os
114 produtos não madeireiros oriundos destas áreas. A professora Zenaide, da UEPG diz que o
115 plano contempla a participação das mulheres no desenvolvimento, porém gostaria de ressaltar
116 a importância de o plano enfatizar ações que efetivamente promovam o empoderamento, o
117 protagonismo e o empreendedorismo feminino, mas acima de tudo o fortalecimento das
118 tecnologias sociais, uma vez que são as mulheres as depositárias fiéis desta trajetória
119 histórica, através das relações familiares. Marcos da Fetaep parabeniza pelo plano, o qual foi
120 analisado pela sua organização. Entende que o plano aponta diretrizes que deverão ser
121 aprofundadas em cada temática proposta, e que se sente representado no documento
122 apresentado. Bernardo da FETRAF diz que o plenário poderia fazer muitas propostas ainda,
123 então sugere criar uma câmara técnica para aprofundar o debate, com prazo estipulado. Diz
124 que se há possibilidade de ainda melhorar a Fetraf gostaria de contribuir. Paulo Sanitá,
125 representante da Rede de Colegiados Territoriais, parabeniza pela proposta e sugere enfatizar
126 a abordagem territorial, o cooperativismo e a agroindústria, principalmente nas questões legais
127 e burocráticas. Thamisis da Conab diz que em sua opinião, o que está sendo proposto como
128 ações estratégicas no plano, são objetivos, que a levaram ao questionamento de "como
129 fazer"? Sugere dar uma aprofundada neste item do plano. Benedito diz que anotou as
130 sugestões apresentadas e esclarece que, conforme já havia sido acordado no CEDRAF, o
131 plano seria específico para a agricultura familiar e que seriam elencados temas que seriam
132 tratados e aprofundados, avançando-se destas temáticas para a elaboração de políticas
133 públicas. Clarival Breda, coordenador do Território Litoral comemora o fato de agora haver um
134 plano e parabeniza a equipe pela elaboração do mesmo. Richard da Emater destaca alguns
135 pontos do plano, como a ênfase nas pessoas e a abordagem territorial, propondo que o
136 planejamento do sistema SEAGRI considere os territórios do Paraná. O plano destaca ainda a



137 importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento rural; aborda os eixos do
138 desenvolvimento de forma consistente e identifica os indicadores de resultados deixando claro
139 o que se pretende. Kleber diz que todas as contribuições feitas foram anotadas, salienta que o
140 início deste processo foram as conferências municipais, territoriais, estadual e nacional, seja
141 de DRSS ou de ATER, e que desde a última reunião do CEDRAF foi dado prazo para que
142 todas as entidades pudessem fazer suas contribuições. Sempre que se abrir o debate sobre o
143 tema haverá contribuições e este é o processo de gestão social que se preconiza, que o plano
144 apresenta grandes linhas que deverão ser aprofundadas em câmaras técnicas e setoriais. O
145 maior envolvimento de outros setores ocorrerá a partir de uma articulação política, realizada
146 pela SEAB pelo Secretário. Marcos expressa que o plano apresenta diretrizes e que as ações
147 serão detalhadas em projetos e que neste momento estão chamando a responsabilidade do
148 CEDRAF para apontar o que e como fazer. O Presidente do CEDRAF expressa que todas as
149 contribuições foram registradas e serão incorporadas ao plano. Agradece a equipe que
150 elaborou e apresentou a proposta e coloca em votação do plenário considerando que estas
151 diretrizes serão apresentadas na conferência estadual de ATER como uma proposta do
152 CEDRAF. Não houve nenhuma manifestação contrária. Ficou registrada a presença do
153 Deputado Rasca Rodrigues e da Presidente do CONSEA Estadual, Roseli Pittner. A partir
154 deste momento a Câmara de Agroecologia assume a condução dos trabalhos, na pessoa do
155 Secretário Ivo Melão que saúda todos os participantes e convida o Coordenador da Câmara,
156 Marco Bilo Vieira para fazer suas saudações. **Item 7 – Aprovação da Ata da 3ª Reunião da**
157 **Câmara de Agroecologia no CEDRAF:** Ivo Melão submete para apreciação dos membros da
158 Câmara de Agroecologia, a ata da reunião anterior, a qual foi enviada com antecedência
159 sendo a mesma aprovada. **Item 8 - Programa Paraná Agroecológico e Decreto Lei -**
160 **Cenários e Perspectivas:** Marcio Miranda fala de forma geral sobre o Programa Estadual que
161 surgiu na Câmara de Agroecologia, abordando sobre o que já avançou e os desafios que
162 ainda persistem. Inicialmente a proposta foi levada para apreciação do secretário que acionou
163 as diversas entidades para a elaboração do plano, o que foi realizado através de várias
164 oficinas, aprovado pela Câmara e posteriormente instituído através do decreto governamental
165 12.431/2014. Marcio destacou entre os avanços obtidos: a iniciativa da rede de ATER com
166 ações de capacitação de técnicos da Emater e demais entidades de ATER; a realização do
167 primeiro congresso paranaense de agroecologia, já sendo programado o segundo para
168 ocorrer em novembro do ano que vem em Maringá; a criação de programas de mestrado em
169 agroecologia, um na UEM e outro na Fronteira Sul; implantação de núcleos de referência em
170 agroecologia, que vem ocorrendo através dos NEAS com aporte de recursos estadual e
171 federal; apoio a certificação pública em sistemas orgânicos; trabalho integrado entre IAP e
172 IAPAR para recuperação de áreas degradadas em APPs e sistema agrofloretais em
173 propriedades pilotos; a articulação das redes de comercialização em circuitos curtos. Entre os
174 desafios citou a estruturação de um banco de dados que forneça levantamento anual de
175 produção e comercialização; a produção e distribuição de sementes orgânicas evoluiu mas
176 ainda é um tema importante. Encerra sua apresentação destacando que o Programa PR
177 Agroecológico é um instrumento para promover a integração das ações voltadas à
178 agroecologia no Paraná, além de fortalecer a agroecologia uma vez que está legitimado por
179 decreto governamental e proporcionar uma interação maior com o PLANAPO. **Item 9 -**
180 **Programa Paraná Agroecológico - Eixo 1 - Assistência Técnica e Extensão Rural:** Paulo
181 Lizarelli da Emater apresenta as ações realizadas pela assistência técnica e extensão rural
182 com foco na agroecologia. Os eixos estratégicos das ações em agroecologia no Emater estão
183 voltados para capacitações de agricultores e técnicos; prestação do serviço de ATER para
184 produção, organização de agricultores, certificação, mercado, agregação de valor, acesso às
185 políticas públicas voltadas ao setor; interação com ensino e pesquisa; resgate, validação e
186 divulgação de tecnologias através das redes de referência da agricultura familiar com base
187 ecológica; busca de parcerias para desenvolvimento de pesquisas, implantação de unidades
188 de aprendizagem, demonstrativas, de observação e de validações; divulgação dos trabalhos,
189 conhecimentos e experiências da ATER agroecológica. Ainda precisa avançar para a
190 construção de uma rede de ATER, articulada com a pesquisa, visando a sinergia dos esforços.
191 A formação desta rede é complexa, mas vem avançando com Emater, Iapar e CPRA,
192 Embrapa, ONGs, Prefeituras, certificadoras, universidades, institutos de ensino e os núcleos
193 de agroecologia. A força de trabalho do Instituto é composta por sessenta técnicos atuando



194 com agroecologia em dezoito regiões do estado, assistindo neste ano um mil trezentos e trinta
195 e cinco agricultores. As chamadas públicas do MDA têm apoiado financeiramente nas ações
196 agroecológicas junto aos produtores, assim como convênios com outros ministérios e recursos
197 da SEAB, do PRORURAL e programa microbacias. Cita como desafios a necessidade de
198 ampliar o número de técnicos, bem como a intensidade de atuação na agroecologia; recursos
199 para fomento e adesão a inovações tecnológicas e formação de todos os atores envolvidos.
200 **Item 10 – Programa Paraná Agroecológico - Eixo 2 - Pesquisa e Ensino em**
201 **Agroecologia:** José Ozinaldo A. Sena, da UEM, representando a REPAGRO – Rede de
202 Pesquisa Agroecológica, aborda sobre as ações de pesquisa e ensino no contexto da
203 produção em base ecológica. Destaca que o Paraná possui realidades contraditórias, ao
204 mesmo tempo em que se destaca como a quarta economia do país executa um investimento
205 pífio em pesquisa. A imagem do Paraná por todo o país é de que aqui é fácil fazer agricultura
206 orgânica, o Programa Paraná Agroecológica e o CPRA colocam o estado na vanguarda. Inicia
207 lembrando que a constituição federal estabelece em seu artigo duzentos e vinte e cinco que
208 “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo
209 e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever
210 de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Sobre a realidade do
211 Paraná chama a atenção para o desmatamento ocorrido de forma rápida e as alterações
212 climáticas ocorridas atualmente, o desaparecimento de minas e olhos de água, com o
213 consequente aprofundamento do lençol freático. Paralelo a isto a existência de culturas de
214 importância comercial com sistemas radiculares pouco desenvolvidos, resultando na
215 frustração das safras e a redução drástica da capacidade dos solos e o crescimento médio
216 das temperaturas, sendo que o Paraná já está com um grau e meio acima da média. Temos
217 um estado com a economia focada no setor primário, muito vulnerável, matriz energética muito
218 dependente de fontes não renováveis. O Paraná precisa investir pesado em agricultura de
219 base ecológica, sistemas de cultivo mais resiliente, eficiência energética e sistemas menos
220 dependentes. Com relação ao tema ensino-pesquisa-extensão ressalta que hoje existe uma
221 maior número de técnicos fazendo especializações, mas que não é fácil, sendo necessário
222 maior apoio e suporte. Aponta que para proporcionar a possibilidade de estudos experimentais
223 a UEM tem em sua fazenda experimental, uma área de dez hectares certificada há treze anos,
224 inicialmente pelo IBD, depois pela ECOCERT e agora migrando para a Rede Ecovida de
225 certificação participativa. Existem dois cursos de pós-graduação *Stricto sensu* no estado,
226 sendo o único mestrado profissional no Paraná e o segundo no Brasil, além do mestrado em
227 agroecologia e desenvolvimento rural sustentável acadêmico, em Laranjeiras do Sul. Informa
228 que o estado possui onze núcleos de agroecologia, que atuam de forma integrada com o
229 pessoal das chamadas de ATER, dividindo espaços e somando competências, sendo
230 responsabilidade do CVT articular todos estes núcleos. O estado está incorporado à rede Sul
231 de Agroecologia, com sede em Porto Alegre, sendo que a REPAGRO produziu no Paraná até
232 abril de dois mil e doze cento e noventa trabalhos científicos de pesquisa. Ressalta como
233 desafios a falta de recursos para pesquisa e a dificuldade de desenvolver pesquisas
234 interdisciplinares e participativas, precisando avançar em metodologias apropriadas. Outra
235 questão apontada é relativa à disponibilidade de sementes produzidas em base ecológica,
236 insumos para animais, tendo em vista que as rações encontradas são produzidas com
237 produtos transgênicos. Denuncia a lógica das grandes corporações que se apropriam dos
238 recursos genéticos, produzem insumos e dominam a produção, criando um ciclo de domínio.
239 Para quebrar este ciclo e promover a libertação dos agricultores é necessário preservar os
240 recursos genéticos, ensiná-los a lidarem com estes recursos e fazerem o que é possível fazer
241 na propriedade, obtendo assim uma produção que não estará refém. As corporações
242 influenciam governos, instituições de ensino e pesquisa, serviços de ATER, o sistema
243 financeiro, os mercados. Ozinaldo ainda chama a atenção para aspectos positivos, declarando
244 que o estado possui instituições consolidadas e respeitadas, capital humano competente não
245 apenas entre os técnicos, mas também os próprios agricultores, acúmulo de conhecimento em
246 agroecologia e produção orgânica, condições ambientais potencialmente favoráveis, terra boa
247 e disponibilidade de água. Alerta para o papel que a SEAB pode desempenhar na articulação
248 de um fórum inter-secretarial, para dialogar sobre a agricultura de base ecológica. **Item 11 –**
249 **Programa Paraná Agroecológico - Eixo 3 - Organização dos Produtores, Política,**
250 **Comercialização e Mercado:** Marcelo Passos da Rede Ecovida informa que o Zumbi não



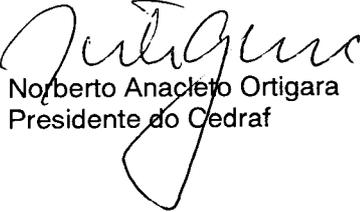
251 pode estar presente à reunião, porque hoje está em Brasília, na discussão da política nacional
252 de agroecologia, representando a comissão nacional. Observa a importância de verificar o
253 quanto o estado está avançando na agroecologia. Lembra que até hoje existem agricultores
254 no extremo oriente que plantam arroz como há cinco mil anos atrás, com as mesmas
255 sementes. Não produzem assim aqueles que sofreram invasão dos exércitos, que pegou a
256 semente tradicional deles e queimou, impondo as sementes ditas melhoradas. Nos Andes, o
257 pessoal produz batata e os indígenas brasileiros que, quando detêm a posse da terra,
258 produzem para alimentar e seu povo respeitando a natureza. Conta que na região
259 metropolitana de Curitiba, por volta dos anos noventa havia um processo de produção de
260 alimentos sem usar veneno, cuja dificuldade sempre era a comercialização. A ideia foi de fazer
261 uma feira junto com a de artesanato, que acontece nos domingos no centro histórico. Esta
262 iniciativa cresceu e hoje existem em Curitiba dezoito feiras de produtos ecológicos, além de
263 processos de abastecimento maiores como a AOPA, que já chegou a entregar por mês cento
264 vinte toneladas de alimentos orgânicos para a alimentação escolar. Calcula que em torno de
265 oitenta toneladas vão para as feiras. Só não produzem mais devido aos problemas
266 enfrentados agora no PAA. Relata a dificuldade de relacionamento entre as organizações dos
267 agricultores com o estado, tendo em vista as diferentes instâncias e, às vezes, dentro da
268 mesma esfera de governo, diferentes formas de tratar. Encontram muitos parceiros, mas
269 também pessoas que não tem muita afinidade, sendo que as relações com o estado sempre
270 foram muito mais pessoais do que institucionais. No Paraná, além da Câmara de Agroecologia
271 no CEDRAF, existe também a Comissão estadual de produção orgânica, ligada ao MAPA,
272 sendo que a maioria das reuniões é feita em conjunto. Refletindo sobre o Programa Paraná
273 Agroecológico, aponta sua fragilidade, pelo fato de ser um decreto, indicando a necessidade
274 de criar uma política estadual de agroecologia e produção orgânica, visando garantir este
275 processo de aproximação, troca de saberes, construção de conhecimento que se vivencia
276 agora. Criar a política significa uma facilidade maior de acessar recursos, de fazer uma
277 interação entre as diferentes secretarias, fica mais evidente para as organizações a vontade
278 política deste governo de fortalecer a agroecologia. Marco Bilo, representando a Câmara de
279 Agroecologia, traz para reflexão o sentido da palavra agricultura, lembrando que a cultura está
280 permeando a base da produção de alimentos. Então, que valores eu carrego ou vivo quando
281 falo em agricultura? Em agroecologia? Destaca a importância das parceiras, citando como
282 exemplo a execução do Projeto Cultivando Água Boa, salientando a necessidade de resgatar
283 a interdisciplinaridade. Marcelo diz da importância de se pensar sobre a questão dos serviços
284 ambientais para a agricultura, que está muito focado no carbono que fica armazenado na
285 reserva legal. Precisa avançar porque a própria ação de produzir um alimento saudável e sem
286 veneno também é um serviço ambiental prestado pelo agricultor. **Item 12 - Minuta da Política
287 Estadual de Agroecologia:** Ivo Melão informa que a Câmara de Agroecologia vem
288 trabalhando numa minuta para a política estadual de agroecologia, a qual é entregue em mãos
289 ao presidente do CEDRAF e secretário estadual da agricultura. Ivo também repassa ao
290 secretário uma moção de apoio aos Núcleos de Agroecologia das universidades estaduais,
291 assinada por diferentes atores. O deputado Rasca ressalta o compromisso do secretário com
292 a agricultura orgânica, mas diz que é necessário trazer as grandes cooperativas. Em sua
293 opinião a COCAMAR tem que ter a COCAMAR orgânica, assim como as demais, para colocar
294 este produto no mundo. Entende que o secretário pode encaminhar esta questão junto às
295 cooperativas paranaenses, no sentido de se ter um selo de alguns produtos agroecológicos
296 colocados no mercado internacional. Coloca a frente parlamentar de agroecologia da
297 assembleia à disposição para contribuir na aprovação da lei. Relata que, na tentativa de
298 buscar recursos para a agroecologia, pensando em definir um percentual sobre o que o
299 governo arrecada na venda de agrotóxicos, descobriu que este produto é isento de impostos.
300 **Item 13: Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do
301 Cedraf:** Norberto Ortigara parabeniza a todos pela contribuição e exposições valiosas durante
302 a reunião. Informa que fará os encaminhamentos necessários e adequados aos documentos
303 recebidos do Secretário da Câmara de Agroecologia. Diz que estamos acabando um ano
304 muito delicado e difícil em termos políticos e financeiros, tanto em nível nacional como
305 estadual. Contudo existem fatos a serem comemorados, como a maior produção de grãos da
306 história do Paraná; o posicionamento do estado como o segundo produtor de leite; o
307 crescimento da avicultura, suinocultura e piscicultura; a redução do uso de agrotóxicos em



308 virtude da Campanha Plante seu Futuro; a regulamentação do código florestal no estado; a
309 criação do grupo de estudo para propor ações para ampliar, de forma voluntária, a vegetação
310 nativa do Paraná; início do programa Família Paranaense – Renda Agricultor, que prestará
311 apoio financeiro as famílias pobres para iniciarem processos de produção, dando continuidade
312 ao Brasil Sem Miséria, que se encerra em junho do próximo ano; criação de uma instância
313 acadêmica que terá a finalidade de fazer algumas pesquisas aplicadas na área da agricultura,
314 sendo a primeira, em solos para determinar as recomendações adequadas para os vários
315 ambientes do estado; o lançamento do PDV da Emater e a possibilidade de ingresso de novos
316 profissionais a partir de fevereiro. **Item 14. Encerramento:** Sem mais nada a declarar o
317 Presidente do conselho, agradece todos os participantes da reunião e deseja um ano novo
318 com muita força e energia, paz de espírito, muito trabalho e disposição para cooperar. Eu
319 Miriam Fuckner Secretária Executiva redigi a presente ata que deverá passar por análise,
320 correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do
321 Cedraf.

322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364


Miriam Fuckner
Secretária Executiva do Cedraf


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Cedraf